

Secretaria do Meio Ambiente pede reintegração de posse de área ocupada por sem-terra

O Governo Mário Covas não é contra a reforma agrária. Mas, não tem sentido o movimento dos sem-terra invadir unidades de conservação, pois elas são patrimônio público e cumprem relevantes funções sociais.

Acompanhado pelos deputados Estaduais do PT Renato Simões e Wagner Lino, por técnicos da SMA e pela liderança do MST, o Secretário do Meio Ambiente, Fábio Feldmann visitou o acampamento Zumbi II, na unidade de conservação, no município de Iaras, invadida em 20 de novembro de 95.



VEJA NESTA EDIÇÃO

**O mapa da área
invadida**

~~~~~

**As funções sociais da  
Fazenda Estadual Santa  
Bárbara II**

~~~~~

O histórico da invasão

~~~~~

**As pesquisas do IF para a  
produção de resina**

**A** Secretaria do Meio Ambiente do Estado (SMA) entrou com pedido de reintegração de posse da área ocupada por cerca de 300 famílias de sem-terra, na Floresta Estadual Águas de Santa Bárbara II (FEASB-II), no município de Iaras, na região de Bauru. Nesse local, o Instituto Florestal (IF) desenvolve pesquisas silviculturais, plantando e desenvolvendo várias espécies de pinus e eucaliptos para a produção de madeira e resina.

A ocupação ocorreu no dia 20 de novembro do ano passado e a SMA já obteve liminar para a reintegração de posse, preferindo, porém, adiar a sua execução para negociar a saída pacífica dos sem-terra. Com esse objetivo, o secretário do Meio

Ambiente, Fábio Feldmann, convidou representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para várias reuniões não obtendo respostas positivas a nenhuma de suas propostas, como a de colaborar na viabilização de cooperativas para a exploração de resina em áreas reflorestadas, inclusive as do Estado.

Aos sem-terra, Feldmann tem reiterado que unidades de conservação ambiental não devem ser objeto de reforma agrária, pois cumprem outras finalidades, salientando que a área ocupada, localizada dentro do Núcleo Monções, não é improdutivo, servindo para pesquisas de manejo florestal, seleção de espécies de pinus e produção de madeira e resina.



## Histórico da Floresta

O Núcleo Monções, também conhecido como Capão Rico, tem o nome oficial de Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara II. Sua origem remonta ao início do século quando a União adquiriu uma área de 29 mil ha nos municípios de Águas de Santa Bárbara, Cerqueira César e Avaré, para fixar imigrantes europeus. Por diversas razões, o assentamento no local, denominado Núcleo Colonial Monções, fracassou, tornando obscura a situação patrimonial da gleba, em razão de loteamentos, vendas ou simples invasões.

Com o desenvolvimento da pinocultura no Estado, no início dos anos 60, o governo paulista obteve concessão para a exploração de 2.178 ha, dos 29 mil originais. O despacho foi assinado pelo então presidente da República, Jânio Quadros, durante a IV Conferência de Governadores, realizada no Rio de Janeiro, entre 29 de junho e 1 de julho de 1961.

## Terra imprópria

O Núcleo Monções tem solo arenoso e muito pobre e, pela sua fragilidade, é propenso à erosão. Por isso, é utilizado para manejo florestal, recuperação vegetal e conservação por não se prestar à agricultura. Portanto, a ocupação e o conseqüente uso de técnicas agrícolas tradicionais são prejudiciais ao solo, ao ambiente, à produção e à economia dos camponeses.

Científicos da função social da área ocupada que, além de pesquisas para o melhoramento genético do pinus caribaea - variedade bahamensis -, desenvolvido há mais de 30 anos, também gera, direta e indiretamente, mais de 400 empregos e recursos que são aplicados na conservação de outras áreas naturais do Estado, os

De acordo com estudo do Instituto Agrônomo de Campinas, a predominância dos solos na região são os de Classe de Uso IV e VI, com as seguintes características:

IV - terras planas a onduladas, de solos arenosos com problemas de fertilidade, requerendo técnicas adequadas para culturas anuais, mais apropriadas às pastagens e reflorestamento;

VI - terras planas de solos arenosos com problemas de fertilidade, incluindo solos de cerrado e campo, indicadas para reflorestamento e pastagens.

sem-terra foram convidados para uma parceria em defesa do patrimônio ambiental do Estado para auferirem uma renda dessa parceria, por meio da formação de cooperativas que receberiam treinamento e apoio técnico da SMA para desenvolver atividades extrativistas em glebas do Estado ou da

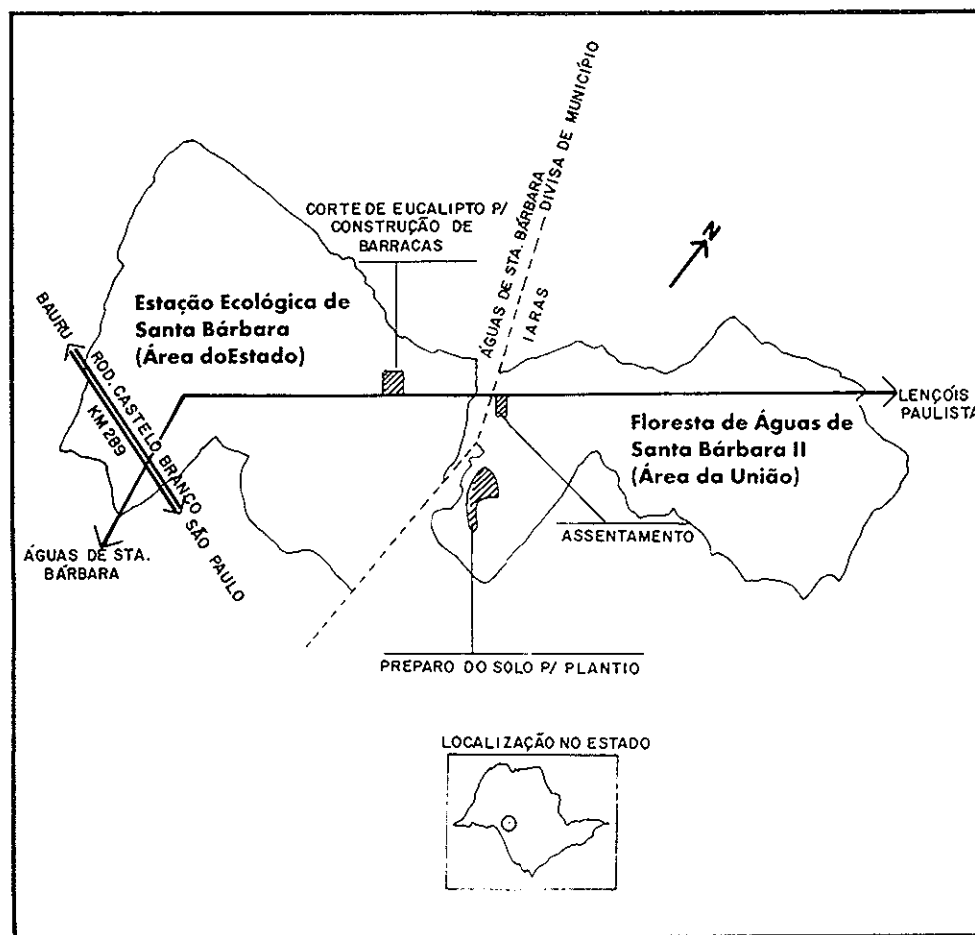
Em terras contíguas ao Núcleo Monções ou Capão Rico, há duas outras unidades de matas nativas do IF/SMA, ambas em terras de propriedade da Fazenda Estadual. São: Estação Ecológica de Santa Bárbara (EESB) e a Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara I (FEASB-I).

A Estação Ecológica foi criada em 1984, em uma área de 2.712 ha, desmembrada da FEASB-I, com o objetivo de proporcionar proteção a importantes remanescentes da vegetação de cerrado, banhados e mananciais, bem como à fauna ameaçada de extinção, como o lobo-guará e ema.

A FEASB-I, antes denominada Fazenda Santana, foi desapropriada pelo governo estadual em 30 de dezembro de 1964, com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas voltadas à pinocultura. Hoje, nos seus 1.802 ha, encontram-se plantadas florestas de pinus e uma pequena porção de eucaliptos.

iniciativa privada, onde essa atividade é desenvolvida. A idéia, chamada pelo secretário Feldmann de "Reforma Agrária Ecológica", embora bem recebida pelos líderes do movimento, não mereceu nenhuma manifestação concreta por parte do MST.

A pergunta que fica no ar é por que ocupar uma Unidade de Conservação onde há uma função social visível, solo impróprio para a agricultura e onde pesquisas científicas de relevantes interesses para São Paulo e para o Brasil são realizadas há mais de 30 anos? E a resposta talvez tenha sido dada no encontro realizado no acampamento no último dia 10, oportunidade em que ficou explícito que ocupar uma Unidade de Conservação, com as características da FEASB-II, só pode constituir uma tentativa de criar um fato político que leve a uma indisposição com um governo que tem cumprido sua promessa de assentar 1.050 famílias em alguns meses, como vem sendo feito no Pontal do Paranapanema.



## Pesquisas com resina

As pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente (IF/SMA) permitiram ao Brasil trocar a condição de importador de resina pela de exportador. De uma produção de 75 mil toneladas/ano no país, o IF/SMA contribui com 8,2 mil ton/ano. Essa produção é o resultado de mais de trinta anos de pesquisas no melhoramento genético de espécies. A resina é extraída do Pinus elliottii, espécie de crescimento lento (12 m<sup>3</sup>/ha/ano), necessitando de pelo menos quinze anos para o início da exploração da resina. Essa tecnologia foi repassada ao setor privado que responde por 90% da produção nacional de resina.

Com os estudos do IF/SMA, que trabalhou com espécies de pinus tropicais, hoje é possível obter-se resina, comercialmente, de árvores com dez anos de idade. A espécie selecionada é a Pinus caribaea, variedade bahamensis, que se revelou como uma das mais indicadas com uma produção que se aproxima de 5 kg/árvore/ano, além

de produzir madeira mais cedo, alcançando 35 m<sup>3</sup>/ha/ano. Atualmente, o Pinus caribaea encontra-se em extinção no seu país de origem. No Brasil, houve um sensível melhoramento da espécie, permitindo sua otimização na produção de madeira e resina.

Atualmente, uma tonelada de resina custa no mercado R\$ 350,00, o que representa recursos econômicos de mais de R\$ 25 milhões, parte dos quais hoje representam divisas para o Brasil.

A resina é empregada na produção de breu e terebentina, utilizados como matéria-prima para a produção de tintas e vernizes, entre outros.

## PREJUÍZOS À PESQUISA

A ocupação da Unidade de Conservação e Pesquisa do IF/SMA já causa seus primeiros danos. Até o presente foram abatidas mais de 600 árvores na FEASB-I, número que pode ser muito maior, uma vez que os acampados não permitem a entrada de funcionários do IF para verificação dos estragos na área invadida. Cerca de 38 ha da Floresta Santa Bárbara I - uma área que, após um incêndio, vinha sendo recuperada para novo cultivo de pinus e manejo florestal - estão sendo ocupados por plantios pelos Sem-Terra. Além dos danos materiais, a ocupação desordenada poderá, no futuro, prejudicar pesquisas que vinham sendo desenvolvidas há três décadas.

Nos primeiros dias da ocupação e visando manter um canal permanente de comunicação com os acampados, a direção da Floresta Santa Bárbara II destacou um vigia para ficar no local. O trabalho do funcionário não pode ser realizado em razão dos constantes constrangimentos impostos pelos invasores.

## Histórico da Ocupação

Ao ser informado da ocupação da Floresta Estadual Águas de Santa Bárbara II (FEASB-II), no dia 20 de novembro do ano passado, o secretário Fábio Feldmann, membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), convidou a direção estadual do MST para uma reunião para discutir a questão. O encontro aconteceu no dia 21 na sede da Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Após ouvirem do secretário que não havia precedentes de assentamentos em Unidades de Conservação, os líderes do movimento comprometeram-se a debater a desocupação do núcleo em assembléia, no acampamento.

Passada uma semana, e na ausência de qualquer manifestação dos sem-terra, Feldmann enviou carta à direção estadual do Movimento, reiterando os termos da primeira reunião e destacando a necessidade da desocupação. Lembrou que "antes de requerer na Justiça a reintegração de posse da área, convidei ao diálogo as lideranças do MST" e, mais adiante, salientou que nutria a expectativa de que "o bom senso irá prevalecer", entendendo que assim evitaria, "além de ônus ambiental, os constrangimentos que sempre traz uma medida judicial para ambas as partes". E finalizou dizendo que: "Não posso todavia adiar, sob pena de ser pessoalmente responsabilizado, as providências que se fizerem necessárias para a imediata recuperação da área".

Já com a reintegração concedida, nova reunião foi realizada na primeira quinzena de dezembro, dessa vez com a presença dos deputados estaduais do PT Wagner Lino e Renato Simões. Os sem-terra pedem tempo e que o secretário realize gestões junto ao Incra para se encontrar uma área para assentamento. É marcada uma visita ao acampamento inicialmente para a véspera de Natal, posteriormente transferida para 28 de dezembro - porém não realizada em

razão do incêndio que destruiu a sede da SMA.

No dia 8 de janeiro, o secretário Fábio Feldmann volta a se encontrar com líderes do movimento, dessa vez na sede da Cetesb. No encontro, Feldmann propôs uma parceria da SMA com os trabalhadores rurais. A proposta é chamada de "Reforma Agrária Ecológica". Por esse mecanismo, a SMA daria assistência técnica aos trabalhadores rurais e permitiria que atividades extrativistas em Unidades de Conservação fossem desenvolvidas através de cooperativas. A proposta é bem recebida durante a reunião e uma visita ao acampamento foi marcada para o dia 10.

Conforme compromisso assumido, o secretário do Meio Ambiente leva ao acampamento o superintendente do Incra em São Paulo, Miguel Abeche. O interesse dos líderes do movimento pela proposta da "Reforma Agrária Ecológica" não foi o mesmo demonstrado na reunião realizada dois dias antes. Os sem-terra queriam vincular sua saída da Unidade de Conservação, Produção e Pesquisa a uma solução que o Incra garante não ter: arrumar uma área para assentamento. O prazo para o cumprimento da reintegração fica estabelecido para o dia 20 de janeiro.

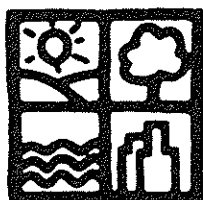
No dia 24 é feita nova reunião na sede da Cetesb. Nesse encontro, ficou demonstrada que uma solução negociada para a desocupação da Unidade de Conservação não é do interesse do MST. Isso apesar das propostas de aliança entre o movimento ambientalista, do qual o secretário Fábio Feldmann é um dos principais líderes e porta-voz, e o movimento pela reforma agrária, propondo de fato uma melhoria da qualidade de vida da população rural, com terra para plantar, mas que esta tenha produtividade, e que os frutos desse trabalho sejam saudáveis para os trabalhadores rurais e para a população em geral.



## FUNÇÃO SOCIAL DA ÁREA

A área onde se encontram as mais de 300 famílias (número não confirmado) é conhecida como Núcleo Monções. Mede 2.178 hectares (ha) e pertence à Fazenda Pública Estadual, sendo parte de uma gleba total de 29 mil hectares. Sua função social se dá em duas frentes: desenvolvimento científico — melhoramento genético de espécies madeireiras e produção de sementes para o Programa de Melhoramento Genético Florestal do IF/SMA; e contribuição para a economia da região através da exploração sustentada de florestas, o que resulta em mais de 400 empregos diretos e indiretos.

Essas três Unidades de Conservação possuem relevante valor ecológico, com indiscutível função social. Além do conhecimento adquirido sobre manejo sustentável de florestas de produção, as três unidades geram empregos e recursos financeiros que o Estado aplica na conservação e desenvolvimento dos demais parques e estações ecológicas paulistas.



## Ocupação não resolve o problema dos sem-terra

*E cria um muito maior: corremos todos nós o risco de sermos condenados a um futuro SEM TERRA*

A ocupação da Floresta Estadual Águas de Santa Bárbara II (FEASB-II), dentro da área conhecida como Núcleo Monções, do Instituto Florestal (IF), órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente (SMA), tem caráter nitidamente ideológico, sem a preocupação de buscar soluções o problema concreto de algumas famílias sem-terra. Esta a conclusão dos técnicos da SMA, após reunião com líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no dia 24 de janeiro, na Secretaria do Meio Ambiente. No encontro, os acampados deixaram claro que não aceitam nenhuma outra alternativa que não a de permanecer na área, por tempo indeterminado.

O clima das discussões da última reunião, testemunhada pelos deputados estaduais do PT, Wagner Lino e Renato Simões, pelos assessores do deputado Mauro Bragato, do PSDB, e do deputado federal Ivan Valente, do PT, foi de quem busca o enfrentamento com a polícia, uma vez que há uma liminar concedendo a reintegração da área ao

Estado. Tal disposição surpreendeu o secretário do Meio Ambiente, Fábio Feldmann, que desde o início da ocupação buscou alternativas que levassem à desocupação da gleba sem a necessidade de uma ação judicial ou confronto.

As negociações para a desocupação da área foram iniciadas pelo secretário do Meio Ambiente, em 21 de novembro, um dia após a invasão. Nesse primeiro encontro, os sem-terra ouviram a proposta de Feldmann de contribuir como interlocutor junto ao Incra, desde que nenhum assentamento se desse em qualquer Unidade de Conservação. Face à falta de resposta dos líderes do movimento, no dia 27 de novembro, Feldmann enviou carta à direção estadual do MST reafirmando, por escrito, seu propósito de ser parceiro na busca de soluções duradouras para a reforma agrária, até por ser membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária e, como deputado constituinte, ter votado sempre a favor das questões dos sem-terra.

## Cenas da invasão

